

**Rettet den Regenwald e.V.**

Jupiterweg 15  
22391 Hamburg, Germany  
Tel: +49 40 228 510 80  
Sra. Marinanne Klute, presidente  
[Marianne.klute@regenwald.org](mailto:Marianne.klute@regenwald.org)  
[www.regenwald.org](http://www.regenwald.org)

**Associação Justiça nos Trilhos (JnT)**

Pessoa jurídica (CNPJ): 35.457.039/0001-17  
Rua Benjamin Constant, nº 126, Jacú, Açailândia – MA CEP 65930-000, Brasil  
[www.justicanostrilhos.org](http://www.justicanostrilhos.org)  
Sr. Mikaell de Souza Carvalho, presidente  
E-mail: [mikaell@justicanostrilhos.org](mailto:mikaell@justicanostrilhos.org)

**Comissão Europeia****Presidente Ursula VON DER LEYEN**

Rue de la Loi / Wetstraat 200, 1049 Brussels, Belgium  
Telefone +32-229-56070  
[Ursula.VON-DER-LEYEN@ec.europa.eu](mailto:Ursula.VON-DER-LEYEN@ec.europa.eu)

Embaixadora da EU no Brasil, Marian Schuegraf  
[DELEGATION-BRAZIL-HOD-OFFICE@eeas.europa.eu](mailto:DELEGATION-BRAZIL-HOD-OFFICE@eeas.europa.eu)

**Financiamento da União Europeia/Global Gateway para o projeto ferroviário e portuário privado Grão-Pará Maranhão (GPM) na região amazônica brasileira**

São Luís, 20 de Agosto de 2024

Prezada Senhora Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, prezada embaixadora da EU no Brasil, Marian Schuegraf, prezadas senhoras y prezados senhores,

Estamos escrevendo esta carta para instar a senhora e todas as instituições da UE a não apoiarem e não financiarem o projeto ferroviário e portuário privado Grão-Pará Maranhão, na região amazônica do estado federal brasileiro do Maranhão, por razões sociais, legais e ambientais.

A partir de relatos da mídia no Brasil<sup>1</sup> e de uma resposta por escrito do Embaixadora da UE no Brasil, Marian Schuegraf<sup>2</sup>, ficamos sabendo que a empresa brasileira **Grão-Pará-**

---

apoiado pela União Europeia: <https://portalinformante.com.br/noticias/2024/03/jose-reinaldo-destaca-importancia-historica-da-possibilidade-do-primeiro-financiamento-apoiado-pela-uniao-europeia/>

2 Carta de resposta do Embaixador da UE Marian Schuegraf, datada de 30 de julho de 2024, para Rettet den Regenwald e.V.

**Maranhão (GPM)**<sup>3</sup> solicitou **financiamento** à UE por meio da iniciativa **Global Gateway** ou, pelo menos, está em negociações com funcionários e instituições da UE.

Especificamente, a GPM está envolvida na construção de uma **linha ferroviária privada de frete EF-317 com 520 quilômetros de extensão** para o transporte de produtos agrícolas e de mineração, como soja e minério de ferro, na construção da **área industrial e portuária do Terminal Portuário de Alcântara (TPA)** no Atlântico e na construção de um **centro de produção de hidrogênio**.

O projeto GPM localizado no oeste do estado brasileiro do Maranhão, vem sendo conduzido há cerca de **oito anos** por três empresários portugueses<sup>4</sup>, praticamente **não é acessível ao público** e **sem a participação da população afetada**. Não houve consultas sobre o projeto até o momento, e princípios fundamentais, como a conformidade com a **Convenção 169 da OIT da ONU**, não estão sendo observados. **Estudos sobre o impacto social na população e no meio ambiente** também não estão disponíveis ou não foram publicados.

Os dois **territórios quilombolas de Alcântara e Tanque de Valença, 16 assentamentos de reforma agrária** e a área rural de **22 municípios** são diretamente afetados pelo GPM<sup>5</sup>. A linha ferroviária de carga também passa nas imediações dos **seis territórios indígenas oficialmente reconhecidos, demarcados ou em processo de demarcação** de Alto Turiaçu, Akroá Gamella, Arariboia, Awa, Caru e Pindaré. Em dois desses territórios, Alto Turiaçu e Caru, habitam grupos indígenas vivendo em isolamento voluntário ("povos indígenas não contatados")<sup>6</sup>.

O projeto GPM está localizado inteiramente no sudeste da **região amazônica brasileira** (Amazônia legal), fica dentro de **duas áreas protegidas estaduais**<sup>7</sup>, que também são **áreas protegidas internacionais RAMSAR**<sup>8</sup>, e atravessa a "**área endêmica de Belém**"<sup>9</sup> e o "**mosaico Gurupi**"<sup>10</sup>, a região da bacia amazônica mais ameaçada pelo desmatamento.

A expansão das capacidades de transporte e exportação de matérias-primas agrícolas e de mineração e hidrogênio associada ao projeto GPM aumentará **ainda mais a pressão sobre a floresta amazônica** e o **Cerrado** e os **conflitos de terra** devido à expansão associada das áreas de cultivo e extração de matérias-primas, como soja e minério de ferro. O projeto

---

3 Grão-Pará Maranhão: <https://graoparamaranhao.com/en/>

4 1. Paulo Alexandre Correia de Oliveira Salvador ("Paulo Salvador"), Diretor Executivo Grão-Pará Maranhão: <https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:7024369681415254016/>

2. Nuno Gustavo da Silva Ribeira Martins ("Nuno Martins"): Diretor Executivo Grão-Pará Maranhão: <https://www.linkedin.com/in/nuno-gustavo-martins-55a8ab4b/>

3. Nuno Miguel da Mota e Silva ("Nuno Silva"): <https://www.linkedin.com/in/nuno-mota-silva-4ab68238/c>

5 1. Alcântara; 2. Bequimão; 3. Peri Mirim; 4. Palmeirândia; 5. São Bento; 6. São Vicente Ferrer; 7. Olinda Nova do Maranhão; 8. Matinha; 9. Viana; 10. Pedro do Rosário; 11. Penalva; 12. Monção; 13. Zé Doca; 14. Governador Newton Bello; 15. Alto Alegre do Pindaré; 16. Santa Luzia; 17. Bom Jardim; 18. Buriticupu; 19. Bom Jesus das Selvas; 20. Amarante do Maranhão; 21. São Francisco do Brejão; 22. Açailândia

6

7 Área de Proteção Ambiental (APA) Reentrâncias Maranhenses (26.809,1 km) e APA Baixada Maranhense (17.750,4 km): <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/782> e <https://uc.socioambiental.org/en/arp/785>

8 RAMSAR, 2021. reentrancias maranhenses: <https://rsis.ramsar.org/ris/640> e RAMSAR, 2020 Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense: <https://rsis.ramsar.org/ris/1020>

9 M Goeldi, 2015. cenários para a Amazônia:Área de Endemismo Belém. Sumário executivo: [https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Barros-2/publication/323454047\\_Cenarios\\_para\\_Amazonia\\_Area\\_de\\_Endemismo\\_Xingu\\_Sumario\\_Executivo/links/5a96bc51a6fdccceff0a34bf/Cenarios-para-Amazonia-Area-de-Endemismo-Xingu-Sumario-Executivo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Barros-2/publication/323454047_Cenarios_para_Amazonia_Area_de_Endemismo_Xingu_Sumario_Executivo/links/5a96bc51a6fdccceff0a34bf/Cenarios-para-Amazonia-Area-de-Endemismo-Xingu-Sumario-Executivo.pdf)

10 Celentano, D. et.al., 2028. desmatamento, degradação e violência no "Mosaico Gurupi" - A região mais ameaçada da Amazônia: [https://www.researchgate.net/publication/324643005\\_Desmatamento\\_degradacao\\_e\\_violencia\\_no\\_Mosaico\\_Gurupi\\_-\\_A\\_regiao\\_mais\\_ameacada\\_da\\_Amazonia](https://www.researchgate.net/publication/324643005_Desmatamento_degradacao_e_violencia_no_Mosaico_Gurupi_-_A_regiao_mais_ameacada_da_Amazonia)

é, portanto, **incompatível com a proteção da floresta amazônica** e de outros ecossistemas.

Há uma **falta** generalizada de **transparência** e **incerteza** quanto aos pedidos que o GPM apresentou às autoridades competentes e quais decisões, autorizações preliminares e permissões o GPM recebeu das autoridades e sob quais condições. Em 2023/24, a organização de direitos humanos Justiça nos Trilhos passou meses pesquisando o processo de solicitação e aprovação até o momento.

Em junho de 2023, foi realizado um seminário na cidade de São Luís, no estado do Maranhão, entre comunidades potencialmente impactadas e organizações e movimentos de defesa de direitos humanos para tratar dos potenciais impactos do empreendimento.

Em sua fala durante o seminário, o procurador federal Hilton Araujo de Melo, do escritório de povos e comunidades tradicionais do Ministério Público Federal (MPF) no Maranhão, afirmou que os empreendedores procuraram o MPF e disseram que pretendem conseguir as licenças para implementação do porto por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente<sup>11</sup>.

Ocorre que o porto está em área do governo federal, e não do governo estadual, logo, a prerrogativa do licenciamento é federal, e não do governo do Maranhão. Os empresários, estão tentando uma manobra considerada ilegal para conseguir as licenças. "Vamos analisar juridicamente. Será objeto de análise e eventual impugnação imediata, constatando os elementos de federalização do caso, como a gente está vendo que são evidentes", afirmou o procurador, apontando a ilegalidade da estratégia de estadualização do empreendimento portuário.

Mais informações podem ser encontradas no anexo.

**Pedimos a Vossa Excelência e a todas as instituições da UE que não apoiem e financiem o projeto Grao-Pará Maranhão por razões sociais, legais e ambientais.**

Se tiver alguma dúvida ou precisar de mais informações, não hesite em entrar em contato conosco.

Atenciosamente,

Justiça nos Trilhos  
Justiça Global  
Conselho Pastoral dos Pescadores  
Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara  
União dos Moradores do Taim  
Resex Tauá Mirim  
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
União dos Moradores do Bairro Collier  
Conselho Indigenista Missionário  
Movimento Quilombola do Maranhão  
Quilombo Porto Novo  
Cujupe Velho  
Quilombo Cruzeiro e Triângulo  
Rádio e TV Quilombo  
Quilombo Iririzal

---

11 [https://www.instagram.com/p/C-LN2sfu8Fy/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C-LN2sfu8Fy/?img_index=1)

## ANEXO

Justificamos nossa demanda em detalhes da seguinte forma:

### 1. Razões sociais e legais

#### Violação da Convenção da ONU OIT 169

O GPM vem avançando com o projeto há cerca de oito anos sem informar e envolver o público. O direito dos povos indígenas, quilombolas e grupos tradicionais à consulta e ao consentimento livre, prévio e informado, conforme estipulado pela **Convenção 169 da OIT**, assinada pelo Brasil, não foi respeitado. **Estudos** sobre o impacto social na **população e no meio ambiente** também não estão disponíveis ou não foram publicados.

#### "Contrato de parceria" entre a Grão-Pará Multimodal Ltda. e a Associação Quilombola da Ilha do Cajual

Um acordo de parceria que o GPM concluiu com três pessoas da Associação de Moradores da Comunidade Negra Rural Quilombola de Vila Nova Ilha do Cajual em 29 de março de 2017 em São Luís e publicado<sup>12</sup> é particularmente questionável.

Nesse acordo, os habitantes quilombolas da ilha cedem o **direito de uso de 1.426 hectares de terra na ilha** para a GPM **por um período indefinido**. Isso representa quase 90% de seu território ancestral na ilha, totalizando 1.630 hectares. Aparentemente, as pessoas da ilha devem ser reassentadas para que a GPM possa construir a área industrial planejada, o porto e o centro de hidrogênio onde os habitantes vivem e ganham a vida atualmente. A parte norte da ilha fica na área de maré e é coberta por florestas de mangue.

Em troca, a empresa quer construir 51 casas, uma escola, um centro de saúde, uma sala de oração e um campo de futebol para a população em um local indefinido e *pagar à associação "6% dos lucros do projeto com todos os benefícios associados"*.

Há evidências consideráveis de que o contrato **não é legal**, pois viola claramente várias exigências e leis básicas. Entre outras coisas, o contrato foi aparentemente **celebrado sem a participação e a consulta dos ilhéus afetados**, conforme exigido pela OIT 169. Os residentes aparentemente não estão cientes do conteúdo do acordo e de suas consequências de longo alcance, como sua realocação planejada, conforme revelaram as conversas com os residentes durante as visitas à ilha em 2023 e 2024.

Em sua resposta à Rettet den Regenwald e.V., a embaixadora da UE no Brasil, Marian Schuegraf, escreveu que *"ela priorizou o encontro com a comunidade quilombola de Cajual, que é afetada pelo projeto, para obter informações em primeira mão diretamente de seu lado"*<sup>13</sup>.

O governo brasileiro ainda não reconheceu e emitiu títulos de propriedade coletiva para suas terras ancestrais, conforme solicitado pelas comunidades quilombolas há muitos anos. Como as autoridades brasileiras ainda não reconheceram e emitiram títulos de terras coletivas para suas terras ancestrais, formalmente falando, são terras públicas que a

---

12 Contrato de Parceria. Acordo de caráter pioneiro assinado entre a Grão-Pará Multimodal Ltda. e a Associação de Moradores da Comunidade Negra Rural Quilombola de Vila Nova Ilha do Cajual publicado em: Portogente, 2023. Projeto de terminal em Alcântara consiste em SPE com porto, ramal ferroviário e potencial de aumento de 20% no PIB do Maranhão, centro do artigo: <https://portogente.com.br/arconorte/187-arco-norte/109378-projeto-de-terminal-em-alcantara-consiste-em-spe-com-porto-ramal-ferroviario-e-potencial-de-aumento-de-20-no-pib-do-maranhao>

13 Carta de resposta do Embaixadora da UE Marian Schuehgraf, datada de 30 de julho de 2024, para Rettet den Regenwald e.V.



empresa GPM não pode simplesmente ocupar para o projeto portuário, industrial e ferroviário por meio de contratos de arrendamento duvidosos com os residentes locais.

### Conflitos com as comunidades quilombolas locais

O distrito de Alcântara, onde a área industrial e o porto serão construídos, abriga a maior população quilombola do país, com 17.000 pessoas, distribuídas em quase 200 comunidades<sup>14</sup>. Os quilombolas são descendentes de pessoas que foram escravizadas na África e, assim como os povos indígenas, gozam de proteção e direitos especiais de acordo com a constituição brasileira.



**Fig.1:** Mapa temático da ilha de Cajual. Fonte: Anti GPM, 2024: [https://www.instagram.com/p/C9zmunHuZtC/?img\\_index=2](https://www.instagram.com/p/C9zmunHuZtC/?img_index=2)

Desde o final da década de 1970, há um conflito fundiário sério, legal e socialmente não resolvido no distrito de Alcântara, relacionado ao confisco de terras e à construção do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) pelo governo federal brasileiro. Em 12 de setembro de 1980, uma área de 52.000 hectares em parte do território habitado por 32 comunidades quilombolas foi declarada "domínio público", por meio da qual o Estado brasileiro se apropriou da terra para a construção do CLA. Os habitantes foram realocados à força em assentamentos que não correspondiam à sua cultura, às suas condições de vida ou ao seu modo de vida. Desde então, as autoridades responsáveis têm se recusado a reconhecer os direitos dos habitantes à terra.

Uma ação movida pelas comunidades quilombolas contra o Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Justiça na Costa Rica foi decidida em favor das pessoas afetadas em março de 2023<sup>15</sup>. Em uma decisão de junho de 2024, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomendou que o Brasil concedesse títulos de terra para o território das comunidades quilombolas de Alcântara e respeitasse o direito à consulta prévia, livre e informada consagrado na Convenção 169<sup>16</sup>.

O projeto GPM exacerbaria ainda mais os conflitos existentes no distrito de Alcântara.

## 2. Razões legais

### Fragmentação do projeto

Em 23 de setembro de 2023, a empresa GPM solicitou à autoridade ambiental federal IBAMA o cancelamento do procedimento de aprovação ambiental provisória para o porto e o projeto portuário. O procurador federal Hilton Araujo de Melo, do Ministério Público Federal (MPF), confirmou em um seminário sobre o projeto GPM organizado por organizações da sociedade civil em São Luís no final de junho de 2024 que a empresa GPM pretendia licenciar o porto por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Maranhão (Sema)<sup>17</sup>. Entretanto, como o porto está localizado em um território federal, a licença deve ser emitida pela autoridade ambiental federal, o IBAMA.

A estratégia por trás disso é, obviamente, dividir o projeto da ferrovia e do porto em dois projetos supostamente separados, a fim de evitar uma avaliação ambiental mais extensa e rigorosa por parte do IBAMA. No entanto, o porto está intrinsecamente ligado à linha ferroviária de carga planejada e vice-versa, pois é a única conexão com o interior do país. O MPF anunciou que analisará juridicamente a tentativa de concessão da licença em nível de estado do Maranhão e que, caso encontre alguma irregularidade, contestará imediatamente essa manobra.

Com uma carta aberta de 28 de junho de 2024, 20 comunidades tradicionais, quilombolas e povos indígenas do Maranhão, bem como as organizações Justiça nos Trilhos, CPT, CIMI, CPP, MABE, MOMTRA, MOQBEQ, MOQUIBOM, MAM, GEDMMA, CONFREM, UNICQUITA, Centro de Formação Saberes Ka'apor, Fórum Carajás, Justiça Global, Fundação Rosa Luxemburgo, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale e Rettet den Regenwald e.V. junto às empresas, autoridades e políticos envolvidos para

---

15 RESOLUCIÓN DEL PRESIDENTE DE LA CORTE INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS, 21 DE MARZO DE 2023. CASO COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE ALCÂNTARA VS. BRASIL:

[https://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/quilombolas\\_21\\_03\\_2023\\_es.pdf](https://www.corteidh.or.cr/docs/asuntos/quilombolas_21_03_2023_es.pdf)

16 Justica Global, 2024. Em decisão histórica, a OIT recomenda que o Brasil titule o território quilombola de Alcântara: <https://www.global.org.br/blog/em-decisao-historica-oit-recomenda-que-brasil-titule-o-territorio-quilombola-de-alcantara/>

17 Articulação Anti-GPM, 2024. Título do seminário "Impactos do Projeto Grão-Pará Maranhão: Terminal Portuário de Alcântara e Ferrovia EF-317": [https://www.instagram.com/p/C-LN2sfu8Fy/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C-LN2sfu8Fy/?img_index=1)

interromper o projeto devido ao seu impacto negativo sobre as pessoas e o meio ambiente<sup>18</sup>.

### 3. Razões ecológicas

#### Áreas protegidas nacionais e internacionais

A ilha de Cajual, onde a área industrial e o porto serão construídos, e os primeiros 80 quilômetros da linha ferroviária planejada estão dentro das duas **áreas protegidas estaduais Área de Proteção Ambiental (APA) Reentrâncias Maranhenses** (26.809,1 km)<sup>19</sup> e **APA Baixada Maranhense** (17.750,4 km)<sup>20</sup>. Ambas as áreas protegidas também são protegidas pela **Convenção Internacional RAMSAR** como zonas úmidas de importância internacional<sup>21</sup>. As áreas protegidas abrigam grande parte do maior e quase completamente intacto **cinturão de manguezais** do mundo (11.000 km<sup>2</sup>) na costa atlântica do norte do Brasil, dos quais 5.050 km<sup>2</sup> estão no estado do Maranhão, 3.960 km<sup>2</sup> no Pará e 2.269 km<sup>2</sup> no Amapá<sup>22</sup>.

Na baía de São Marcos, onde se localiza a ilha de Cajual e passa a primeira parte da linha férrea, cerca de **150.000 aves migratórias** fazem escala todos os anos, incluindo espécies como o maçarico-de-bico-vermelho (*Limosa haemastica*) e o maçarico-preto (*Numenius phaeopus*). A ilha de Cajual é uma importante área de reprodução do **íbis-escarlate (Eudocimus ruber)**, que está classificado como ameaçado de extinção no Brasil. Os cientistas observaram **2.500 exemplares** desses magníficos animais na **colônia de reprodução**<sup>23</sup>. Milhares de outras espécies vivem nos diversos ecossistemas no mar e em terra ao redor da Ilha do Cajual, incluindo peixes-boi<sup>24</sup>, tartarugas marinhas<sup>25</sup> e golfinhos.

#### Floresta amazônica e a "área endêmica de Belém" e "Mosaico Gurupi"

A linha férrea atravessa a **"área endêmica de Belém"**, localizada nos estados do Pará e do Maranhão<sup>26</sup>. No Maranhão está localizado o chamado **Mosaico Gurupi**, que consiste em seis áreas indígenas (Alto Turiaçu, Awá, Caru, Arariboia, Rio Pindaré, Alto Rio Guamá) e a reserva natural estadual Reserva Biológica Gurupi. É a região da bacia amazônica mais ameaçada pelo desmatamento<sup>27</sup>. As áreas abrigam as últimas grandes áreas contíguas de floresta amazônica primária no estado do Maranhão. Entre elas, os cientistas identificaram outras áreas de alto valor de conservação que são importantes para a conectividade e a proteção dos recursos hídricos e entre as quais devem ser estabelecidos corredores ecológicos. A linha ferroviária de carga planejada pela GPM passa bem no meio dessas áreas e complicaria ainda mais os esforços para protegê-las e conectá-las.

18 <https://www.regenwald.org/files/de/Declaracao-final-seminario-contr-GPM-28-junho-2024.pdf>  
<https://rosalux.org.br/comunidades-enfrentam-projeto-logistico-da-grao-para-maranhao/>

19 <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/782>

20 <https://uc.socioambiental.org/en/arp/785>

21 RAMSAR, 2021. reentrancias maranhenses: <https://rsis.ramsar.org/ris/640> e RAMSAR, 2020 Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense: <https://rsis.ramsar.org/ris/1020>

22 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2018. O Atlas dos Manguezais do Brasil: <https://ava.icmbio.gov.br/pluginfile.php/459>

23 Rodrigues, A.A. 1995. Reprodução ocorrida de Eudocimus ruber na ilha do Cajual, Maranhão, Brasil. Faça o download do artigo como arquivo pdf: [http://www.revbrasilornitol.com.br/BJO/article/download/0314/pdf\\_63](http://www.revbrasilornitol.com.br/BJO/article/download/0314/pdf_63)

24 Peixe-boi do Caribe (*Trichechus manatus*)

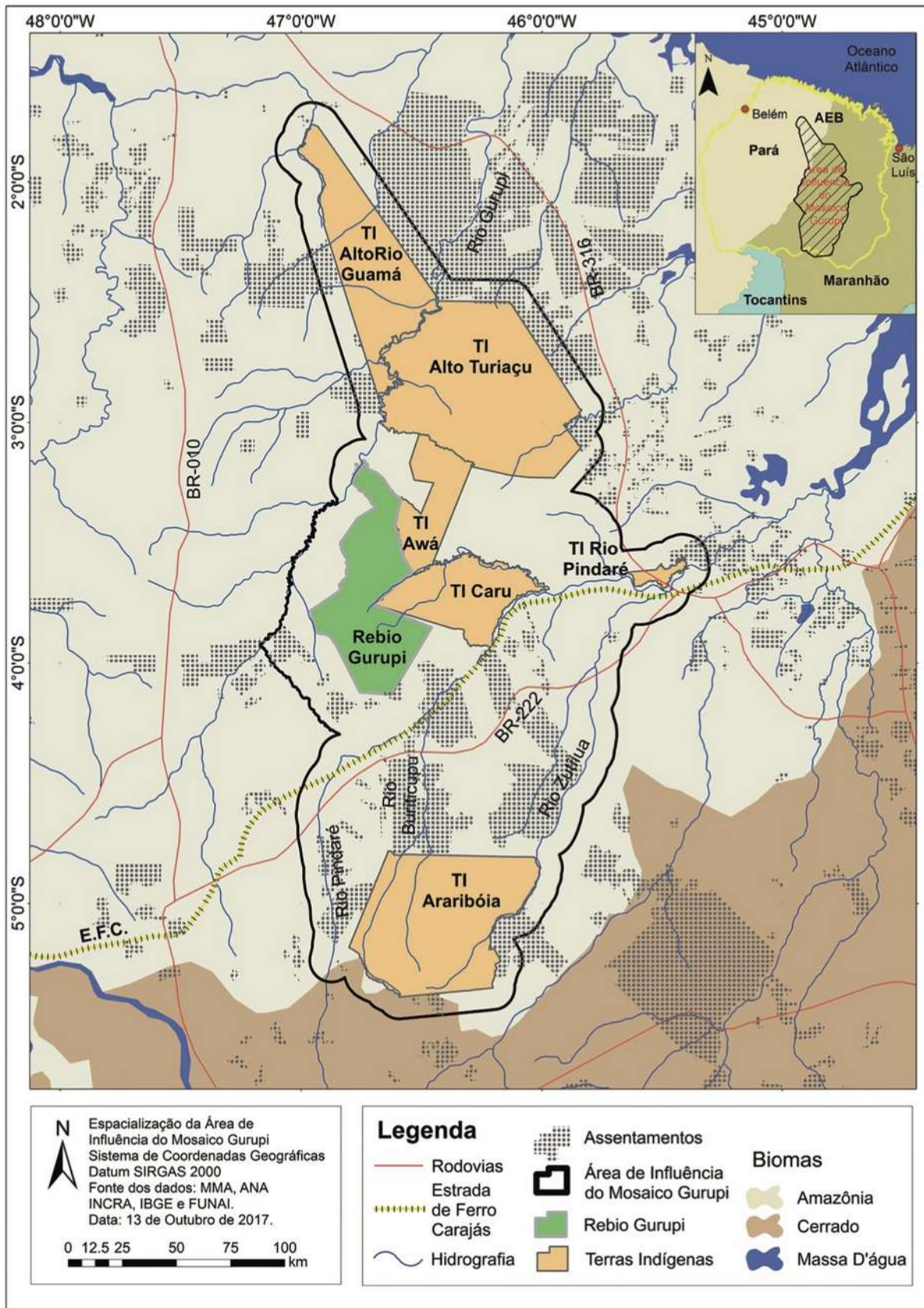
25 Entre elas, estão a tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*) e a tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*), criticamente ameaçadas de extinção

26 M Goeldi, 2015. cenários para a Amazônia: Área de Endemismo Belém. Sumário executivo:

[https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Barros-2/publication/323454047\\_Cenarios\\_para\\_Amazonia\\_Area\\_de\\_Endemismo\\_Xingu\\_Sumario\\_Executivo/links/5a96bc51a6fdccceff0a34bf/Cenarios-para-Amazonia-Area-de-Endemismo-Xingu-Sumario-Executivo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcia-Barros-2/publication/323454047_Cenarios_para_Amazonia_Area_de_Endemismo_Xingu_Sumario_Executivo/links/5a96bc51a6fdccceff0a34bf/Cenarios-para-Amazonia-Area-de-Endemismo-Xingu-Sumario-Executivo.pdf)

27 Celentano, D. et.al., 2028. desmatamento, degradação e violência no "Mosaico Gurupi" - A região mais ameaçada da Amazônia: [https://www.researchgate.net/publication/324643005\\_Desmatamento\\_degradacao\\_e\\_violencia\\_no\\_Mosaic\\_o\\_Gurupi\\_-\\_A\\_regiao\\_mais\\_ameacada\\_da\\_Amazonia](https://www.researchgate.net/publication/324643005_Desmatamento_degradacao_e_violencia_no_Mosaic_o_Gurupi_-_A_regiao_mais_ameacada_da_Amazonia)





**Fig. 2:** Área de influência do "Mosaico Gurupi" na área endêmica de Belém (AEB) no leste do Pará e oeste do Maranhão. Fonte: Celentano, D. et.al., 2018. Desmatamento, degradação e violência no "Mosaico Gurupi" - A região mais ameaçada da Amazônia: [https://www.researchgate.net/publication/324643005\\_Desmatamento\\_degradacao\\_e\\_violencia\\_no\\_Mosaico\\_Gurupi\\_-\\_A\\_regiao\\_mais\\_ameacada\\_da\\_Amazonia](https://www.researchgate.net/publication/324643005_Desmatamento_degradacao_e_violencia_no_Mosaico_Gurupi_-_A_regiao_mais_ameacada_da_Amazonia)

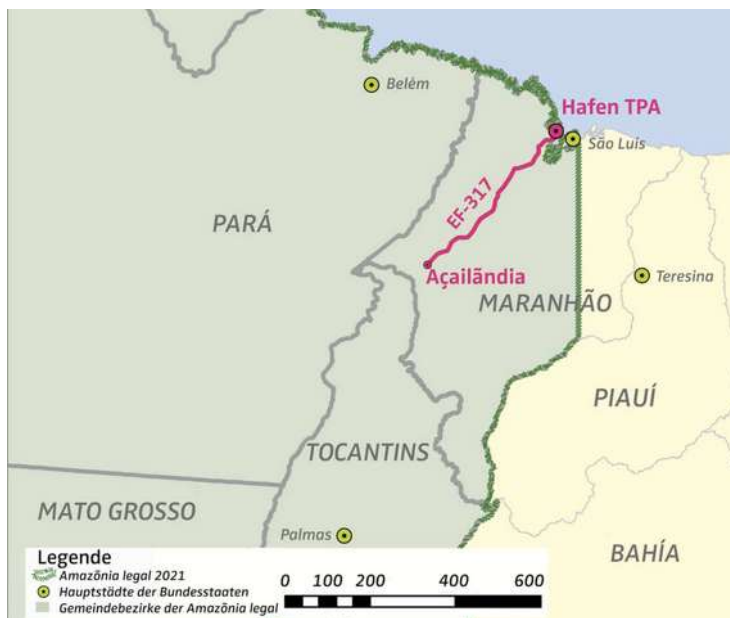


## Informações enganosas no vídeo da empresa

Em um vídeo de apresentação do GPM, a floresta amazônica é deslocada para o oeste, dando a impressão de que o porto e a linha férrea estão fora da região amazônica. O gráfico também afirma que "a produção agrícola brasileira crescerá 180% nos próximos dez anos sem derrubar uma única árvore"



**Fig. 3:** Captura de tela do vídeo de apresentação do projeto Grão-Pará Maranhão no site do DB, minuto 1:53; fonte: <https://graoparamaranhao.com/en/news/tpa-ef-317-institutional-video-is-very-well-received-by-the-market/> (© graoparaMaranhão)



**Fig. 4:** Mapa da parte nordeste da região da Amazônia legal brasileira (Amazônia legal 2021) com a localização do porto de TPA e da linha ferroviária EF-317 (fonte: IBGE, GPM) (© Nicole)

O gráfico e as informações fornecidas pelos operadores do projeto são enganosos. O fato é que a localização e os limites da região amazônica são definidos oficialmente e com precisão no Brasil como a região da Amazônia legal (Amazônia legal). Tanto o porto quanto toda a linha férrea estão claramente localizados dentro da região amazônica, como mostra nosso mapa com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### **Importante sítio fossilífero no Brasil**

Na costa leste da Ilha do Cajual, onde os píeres serão construídos, camadas geológicas contendo fósseis estão sendo reveladas. Os locais de Falésia do Sismito, Ponta Leste e Laje do Coringa são os mais importantes depósitos de fósseis do Brasil do período Cretáceo médio, há cerca de 95 milhões de anos, incluindo dinossauros, crocodilos, tartarugas, peixes e samambaias<sup>28</sup>. As camadas de solo que contêm os fósseis provavelmente se estendem pelo subsolo da ilha, conforme evidenciado por achados em outras partes da ilha.

---

28 de Carvalho Marchesini Santos, M.E. 2009. Paleontologia das Bacias do Parnaíba, Grajaú e São Luís: [http://cprm.gov.br/publique/media/paleo/pale\\_cap15.pdf](http://cprm.gov.br/publique/media/paleo/pale_cap15.pdf) e EmersonFerreiraTV 2012. Ilha do Cajual: <https://www.youtube.com/watch?v=EnGmZhjn7hY>